

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM
SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS
DE COLOCAÇÃO, DA GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A.

entre

GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A.
como Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

e

GALVÃO ENGENHARIA S.A.
como Garantidora

Datado de
23 de maio de 2014



ÍNDICE

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO.....	3
CLÁUSULA II REQUISITOS.....	3
CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO	5
CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	9
CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA	15
CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL E AQUISIÇÃO FACULTATIVA.....	15
CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO.....	16
CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS GARANTIDORA	20
CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO.....	24
CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS.....	33
CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA ...	34
CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS	38




INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIAS ADICIONAIS REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A., companhia fechada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 19º andar, conjunto 192, sala 23, Vila Olímpia, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 11.284.210/0001-75, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Emissora" ou "Companhia");

e, de outro lado,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Agente Fiduciário"), na qualidade de representante dos Debenturistas (conforme abaixo definido);

e, ainda, como interveniente garantidora,

GALVÃO ENGENHARIA S.A., companhia fechada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 2º andar, conjuntos 21 e 22, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.340.937/0001-79, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Garantidora");

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e a Garantidora doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Galvão Participações S.A." ("Escritura"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. Autorização da Emissora

1.1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Emissora realizada em 23 de maio de 2014 ("AGE da Emissora"), na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, em série única, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), bem como de seus termos e condições; e (b) a autorização à Diretoria da Companhia para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão, podendo, inclusive, contratar os assessores e os prestadores de serviço necessários à efetivação da Emissão, bem como celebrar aditamentos a esta Escritura, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

1.2. Autorizações da Garantidora

1.2.1. As Garantias (conforme abaixo definido) foram aprovadas com base nas deliberações da Reunião do Conselho de Administração da Garantidora realizada em 23 de maio de 2014 ("RCA da Garantidora").

CLÁUSULA II REQUISITOS

A Emissão, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente), será realizada com observância aos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. Por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação, a Oferta poderá vir a ser registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor, exclusivamente para envio de informações à base de dados da ANBIMA, após a expedição de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação dos Atos Societários

2.2.1. A ata de AGE da Emissora será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), e será devidamente publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e no jornal “O Dia”, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A ata de RCA da Garantidora será arquivada na JUCESP, e será devidamente publicada nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e no jornal “O Dia”, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Arquivamento da Escritura e eventuais aditamentos na Junta Comercial

2.3.1. Esta Escritura será arquivada na JUCESP, conforme disposto no inciso II do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. Os eventuais aditamentos a esta Escritura deverão ser arquivados na JUCESP, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.3. Tempestivamente, após o referido arquivamento na JUCESP, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura ou dos respectivos aditamentos, conforme aplicável, devidamente arquivado na JUCESP.

2.4. Registro para Distribuição Primária e Negociação Secundária

2.4.1. As Debêntures serão registradas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e
- (b) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de sua subscrição ou aquisição por Investidores Qualificados, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, observado ainda o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.5 Registro da Garantia Fidejussória

2.5.1. Em virtude da Fiança (conforme abaixo definido) a que se refere o Cláusula 3.8 abaixo, a ser prestada pela Garantidora em benefício dos titulares das Debêntures (“Debenturistas”), a presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados pela Emissora, às suas expensas, nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São



Paulo, Estado de São Paulo, e da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (“Cartórios de RTD”), em até 10 (dez) Dias Úteis contados da sua celebração. Tempestivamente após o referido registro, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura ou do respectivo aditamento, conforme aplicável, devidamente registrado nos Cartórios de RTD.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

3.1.1. A Emissão objeto da presente Escritura constitui a 4ª (quarta) emissão de debêntures da Emissora.

3.2. Valor Total da Emissão

3.2.1. O valor total da Emissão é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão.

3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em uma única série.

3.4. Destinação dos Recursos

3.4.1. Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão utilizados integralmente para liquidação das notas promissórias comerciais da 3ª (terceira) emissão da Companhia.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme de subscrição no montante de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), com a intermediação do BB - Banco de Investimento S.A. (“Coordenador Líder”) e do Banco Bradesco BBI S.A. (“Bradesco BBI”) e, em conjunto com o Coordenador Líder, “Coordenadores”, nos termos do “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, da 4ª (Quarta) Emissão da Galvão Participações S.A.”, a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder (“Contrato de Distribuição”).

3.5.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores e as demais instituições intermediárias que eventualmente venham a participar da Oferta Restrita poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.5.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476, e para fins da Oferta Restrita, serão considerados “Investidores Qualificados” aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM 409”), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.3. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

3.5.4. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (b) informar aos Coordenadores, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.5.5. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

3.5.6. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

3.5.7. Serão atendidos os clientes Investidores Qualificados dos Coordenadores que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação dos Coordenadores com esses clientes, bem como outros Investidores Qualificados, mesmo que não sejam clientes dos Coordenadores, podendo ser levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora.

3.5.8. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.5.9. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. O banco liquidante e escriturador mandatário da Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição habilitada à prestação de serviços de custódia e de escriturador mandatário, com endereço no Município de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Vila Yara, s/n, Prédio Amarelo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 (“Banco Liquidante” e “Escriturador Mandatário”).



3.6.2. O Escriturador Mandatário será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures, entre outras responsabilidades definidas em normas da CETIP.

3.7. Objeto Social da Emissora

3.7.1. De acordo com o Estatuto Social da Emissora atualmente em vigor, o objeto social da Emissora compreende a participação em outras sociedades, comerciais, civis e concessionárias de serviços públicos, como sócia, acionista ou quotista, bem como a prestação de serviços de assessoria e consultoria empresarial, administrativa e/ou financeira..

3.8. Garantia Fidejussória

3.8.1. Em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações assumidas no âmbito da Emissão, incluindo os Encargos Moratórios (conforme abaixo definido) devidos pela Emissora nos termos desta Escritura e dos demais documentos da Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, desta Escritura e dos demais documentos da Emissão ("Obrigações Garantidas"), nos termos do artigo 822 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a Garantidora, em caráter solidário com a Emissora, presta garantia fidejussória em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("Fiança"), obrigando-se, por este instrumento e na melhor forma de direito, como devedora e principal pagadora de todos os valores devidos pela Emissora em razão das Obrigações Garantidas, até o pleno e integral cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, nos termos descritos a seguir, independentemente de outras garantias contratuais que sejam constituídas pela Emissora no âmbito da Oferta Restrita.

3.8.2. A Garantidora declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, devedora solidária e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Obrigações Garantidas.

3.8.2.1. As obrigações da Garantidora aqui assumidas permanecerão válidas e eficazes mesmo na ocorrência de atos ou omissões que possam afetar as Obrigações Garantidas, incluindo: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

3.8.3. O pagamento de quaisquer valores devidos e ainda não pagos pela Emissora, relativos às Obrigações Garantidas, será realizado pela Garantidora no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora informando sobre a respectiva falta de pagamento.

3.8.3.1. O pagamento citado na Cláusula 3.8.3 acima deverá ser realizado pela Garantidora fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

3.8.4. A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 829,

830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

3.8.4.1. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Garantidora com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

3.8.5. A Garantidora subrogar-se-á nos direitos de crédito dos Debenturistas contra a Emissora, caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula 3.8, até o limite da parcela da dívida efetivamente por ela honrada.

3.8.6. A presente Fiança é prestada pela Garantidora em caráter irrevogável e irretratável, e entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas nos termos aqui previstos e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

3.8.7. A Garantidora desde já reconhece que a Fiança é prestada por prazo determinado, encerrando-se este prazo na data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Obrigações Garantidas, não sendo aplicável, portanto, o artigo 835 do Código Civil.

3.8.8. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

3.8.9. A presente Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do valor total da dívida da Emissora representada pelas Obrigações Garantidas.

3.9. Garantia Real

3.9.1. Como garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as Obrigações Garantidas, a Garantidora deverá ceder fiduciariamente aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, direitos creditórios de sua titularidade, provenientes do Contrato Particular de Engenharia, Construção das Obras Cíveis, Fornecimento e Montagem celebrado entre CAB Cuiabá S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto e a Garantidora em 12 de dezembro de 2012 e do direito ao recebimento de dividendos, juros sobre o capital próprio e outras remunerações decorrentes da participação da Garantidora no Consórcio COMPERJ, no Consórcio RLAM, no Consórcio UFN III e no Consórcio URE, em montante igual a, no mínimo, 120% (cento e vinte por cento) do saldo devedor das Debêntures ("Garantia Real" e, quando designada em conjunto com a Fiança, "Garantias"), nos termos do contrato a ser celebrado entre a Garantidora e o Agente Fiduciário, com a interveniência anuência da Emissora ("Contrato de Cessão Fiduciária").

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins de direito e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 3 de junho de 2014 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Convertibilidade:** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória.

4.1.4. **Tipo e Forma:** As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 90 (noventa) meses, contados da Data de Emissão, ou seja, no dia 3 de dezembro de 2021 ("Data de Vencimento").

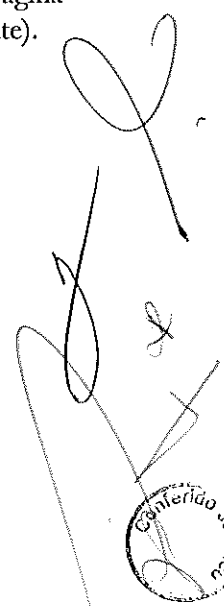
4.1.6. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.7. **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures.

4.2. Remuneração

4.2.1. **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

4.2.2. **Juros Remuneratórios:** Sobre o Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 133,20% (cento e trinta e três inteiros e vinte centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br) ("Juros Remuneratórios" e "Taxa DI-Over", respectivamente).

A large, stylized handwritten signature in black ink is positioned over a circular stamp. The stamp contains the text "Contendo" at the top and "2014" at the bottom, with a central mark that appears to be a stylized 'S' or a similar symbol.

4.2.2.1. Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures desde a Data de Integralização ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J = valor dos Juros Remuneratórios calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

$FatorDI$ = produtivo das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado, a partir da Data de Integralização ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{i=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

n = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo "n" um número inteiro;

$p = 133,20$; e

TDI_k = Taxa DI-Over de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI-Over de ordem k , divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

k = número de ordem da Taxa DI-Over, variando de 1 (um) até "n".

Observações:

(a) O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

(b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k) \times \frac{n}{100}$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

(c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.2.2.1. A Taxa DI-Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.2.2.2. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura, não houver divulgação da Taxa DI-Over pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última Taxa DI-Over divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI-Over que seria aplicável, observado o disposto nas Cláusulas 4.2.2.3, 4.2.2.4 e 4.2.2.5 abaixo.

4.2.2.3. No caso de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI-Over por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou caso seja extinta ou haja impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI-Over às Debêntures (ou determinação judicial nesse sentido), aplicar-se-á no lugar da Taxa DI-Over, automaticamente, a taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado para operações similares. Caso não haja uma taxa substituta para a Taxa DI-Over, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios que serão aplicados, observado o disposto na Cláusula 4.2.2.5 abaixo.

4.2.2.4. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) Dias Úteis contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, mediante pagamento do Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário) das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios calculados pro rata temporis desde a Data de Integralização (ou desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso) até a data do efetivo pagamento. Nesse caso, a Taxa DI-Over a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo dos Juros Remuneratórios será a última Taxa DI-Over disponível.

4.2.2.5. Não obstante o disposto acima, caso a Taxa DI-Over venha a ser divulgada antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, esta não será mais realizada e a Taxa DI-Over então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios.

4.2.2.6. Para fins da presente Escritura, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais.

4.2.2.7. Para fins da presente Escritura, a expressão “Saldo do Valor Nominal Unitário” significa o Valor Nominal Unitário das Debêntures remanescente após cada Data de Amortização.

4.3. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.3.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 5 (cinco) parcelas anuais e consecutivas, a partir do 42º (quadragésimo segundo) mês contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 3 de dezembro de 2017 e o último pagamento devido na Data de Vencimento (ou na data de realização de um Resgate Antecipado Facultativo ou data de liquidação antecipada das Debêntures em decorrência de um Evento de Inadimplemento, o que ocorrer primeiro), conforme tabela a seguir (cada uma dessas datas, uma “Data de Amortização”):

PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	PERCENTUAL AMORTIZADO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO
1ª	03.12.2017	20,0000%
2ª	03.12.2018	20,0000%
3ª	03.12.2019	20,0000%
4ª	03.12.2020	20,0000%
5ª	03.12.2021	Saldo do Valor Nominal Unitário

4.4. Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios

4.4.1. Os valores relativos aos Juros Remuneratórios deverão ser pagos semestralmente, a partir da Data de Emissão, sempre nos dias 3 de dezembro e 3 de junho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 3 de dezembro de 2014 e o último pagamento devido na Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios”).

4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, os procedimentos adotados pela CETIP; e/ou (b) para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP (i) os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário, e/ou (ii) na sede da Emissora (“Local de Pagamento”).

4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Caso uma determinada data de vencimento coincida com dia em que não seja Dia Útil, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura por quaisquer das Partes (inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do Preço de Subscrição), até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios e do disposto na Cláusula VII a seguir, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida e não paga aos Debenturistas, o valor em atraso ficará sujeito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, além das despesas incorridas para cobrança (“Encargos Moratórios”).

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Juros Remuneratórios e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. Preço de Subscrição

4.9.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário (“Preço de Subscrição”).

4.10. Forma de Subscrição e Integralização

4.10.1. A integralização das Debêntures será realizada à vista, em uma única data, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP.

4.11. Repactuação

4.11.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.12. Publicidade

4.12.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no jornal “O Dia”, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – Internet (www.galvao.com) (“Avisos aos Debenturistas”), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.



4.13. Provação de Titularidade das Debêntures

4.13.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome de cada Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.14. Liquidez e Estabilização

4.14.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.15. Imunidade de Debenturistas

4.15.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.

4.15.2. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da cláusula 4.15.1 acima, e que tiver essa condição alterada e/ou revogada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, ou ainda, que tenha esta condição alterada e/ou revogada por qualquer outra razão que não as mencionadas nesta cláusula, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante e Escriturador Mandatário ou pela Emissora.

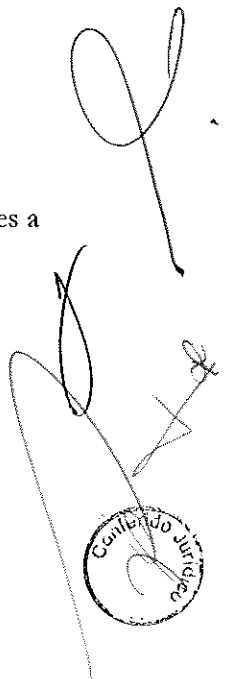
4.15.3. Mesmo que tenha recebido a documentação referida na cláusula 4.15.1. acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida.

4.16. Fundo de Amortização

4.16.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

4.17. Classificação de Risco

4.17.1. Não será contratada agência de classificação de risco para atribuir *rating* às Debêntures a serem emitidas no âmbito da Oferta Restrita.

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains the text "Conferido Jurídico" in a circular arrangement around a central point.

CLÁUSULA V
ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Celebração de Aditamentos à Escritura e Arquivamento na JUCESP

5.1.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser celebrados pela Emissora, pela Garantidora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados, em até 30 (trinta) dias, na JUCESP, e registrados nos Cartórios de RTD, nos termos da Cláusula 2.5.1 acima.

CLÁUSULA VI
RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado Facultativo

6.1.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, a partir do 43º (quadragésimo terceiro) mês contado da Data de Emissão (inclusive), realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo").

6.1.2. O Resgate Antecipado Facultativo somente poderá ocorrer mediante comunicação escrita enviada pela Emissora a cada um dos Debenturistas, ao Agente Fiduciário e à CETIP com antecedência prévia de 5 (cinco) Dias Úteis ("Resgate Antecipado Facultativo"), sendo que tal comunicação deverá informar (a) a data do Resgate Antecipado Facultativo ("Data do Resgate Antecipado Facultativo"); e (b) e quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo").

6.1.2.1. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso), acrescido: (a) dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização (ou desde a Data do Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável) até a Data do Resgate Antecipado Facultativo; e (b) de um prêmio equivalente a: (i) 1,51% (um inteiro e cinquenta e um centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre 04 de dezembro de 2017 e 03 de dezembro de 2018; (ii) 1,15% (um inteiro e quinze centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre 04 de dezembro de 2018 e 03 de dezembro de 2019; (iii) 0,80% (oitenta centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra entre 04 de dezembro de 2019 e 03 de dezembro de 2020; e (iv) 0,45% (quarenta e cinco centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) das Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo, caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra a partir de 04 de dezembro de 2020.



6.1.2.2. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo serão obrigatoriamente canceladas.

6.2. Aquisição Facultativa

6.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previstos na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures em Circulação caso algum dos titulares das Debêntures em Circulação deseje alienar tais Debêntures à Emissora. As Debêntures em Circulação eventualmente adquiridas pela Emissora nos termos aqui previstos serão canceladas, permanecerão na tesouraria da Emissora ou serão novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora.

6.2.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da Cláusula 6.2.1 acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos Juros Remuneratórios das demais Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nesta Cláusula VII, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente do recebimento de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações relativas às Debêntures, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento”):

- (i) decretação de falência, pedido de falência ou pedido de autofalência, independentemente de sua concessão pelo juiz competente, da Emissora, da Garantidora ou de sociedades controladas, direta e indiretamente, pela Emissora e que tenham faturamento bruto superior a 3% (três por cento) do faturamento bruto consolidado da Emissora, conforme as últimas demonstrações contábeis anuais disponíveis (“Controladas Relevantes”);
- (ii) pedido de recuperação extrajudicial ou judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente da Emissora, da Garantidora ou das Controladas Relevantes;
- (iii) extinção, liquidação ou dissolução da Emissora ou da Garantidora;
- (iv) não pagamento, na respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura, de qualquer obrigação pecuniária devida aos titulares de Debêntures, não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil, independente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial;
- (v) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pela Garantidora de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanado no prazo de 10 (dez) dias contados da data do respectivo descumprimento;



(vi) protesto de títulos contra a Emissora e/ou a Garantidora e/ou as Controladas Relevantes cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas, salvo se, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis de sua ocorrência, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (ii) o protesto foi cancelado ou sustado; (iii) foram prestadas garantias em juízo; ou, ainda, (iv) o valor objeto do protesto foi devidamente quitado;

(vii) não pagamento, na data em que tais obrigações se tornarem exigíveis, de quaisquer obrigações financeiras da Emissora, da Garantidora e/ou das Controladas Relevantes, seja como devedora principal ou como garantidora, decorrentes de operações de captação de recursos realizadas nos mercados financeiro ou de capitais local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou o seu equivalente em outras moedas;

(viii) descumprimento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de qualquer decisão administrativa ou judicial transitada em julgado que determine pagamento em dinheiro em valor agregado igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas;

(ix) redução de capital social da Emissora e/ou alteração do Estatuto Social da Emissora que implique a concessão de direito de retirada aos acionistas da Emissora, sem aprovação prévia por parte dos titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

(x) quando estiverem em mora com relação a quaisquer obrigações relacionadas às Debêntures, pagamento pela Emissora e/ou pela Garantidora, sem aprovação prévia por parte dos titulares das Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações;

(xi) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 e 221 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), e sem prejuízo do disposto no artigo 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(xii) se: (1) houver descumprimento de qualquer das obrigações previstas no Contrato de Cessão Fiduciária, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, caso não haja um prazo de cura específico ali previsto (conforme o caso); ou (2) as Garantias (a) forem objeto de questionamento judicial pela Emissora, pela Garantidora ou por terceiros; (b) não forem devidamente constituídas (observada a implementação das condições suspensivas previstas no Contrato de Cessão Fiduciária); (c) forem anuladas; ou (d) de qualquer forma, deixarem de existir ou forem rescindidas;

(xiii) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário direto ou indireto da Emissora, incluindo aquelas ocasionadas por incorporações, cisões, fusões ou reorganizações societárias envolvendo a Emissora e a Companhia de Águas do Brasil ("CAB Ambiental"), de forma que seus atuais controladores: (a) passem a possuir menos de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do seu capital votante; ou (b) deixem por qualquer motivo de exercer o seu controle societário efetivo, exceto se houver prévia anuência dos titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

(xiv) mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário direto ou indireto da Garantidora, incluindo aquelas ocasionadas por incorporações, cisões, fusões ou reorganizações societárias envolvendo a garantidora, exceto se previamente aprovada por titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

(xv) caso as declarações feitas pela Emissora e/ou pela Garantidora nos documentos da Oferta Restrita sejam falsas ou enganosas, ou, ainda, incorretas, inconsistentes ou incompletas;

(xvi) aplicação dos recursos oriundos da Oferta Restrita em destinação diversa da definida nesta Escritura;

(xvii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças relevantes para o exercício das atividades da Emissora e da Garantidora ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures;

(xviii) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, pelo menos 20% (vinte por cento) dos ativos, propriedades ou ações do capital social da Emissora e/ou da Garantidora;

(xix) contratação de novas dívidas pela Emissora, exceto no caso de dívidas de curto prazo que eventualmente sejam cedidas pela Garantidora à Emissora ao final de cada exercício social e desde que tais dívidas não sejam mais detidas pela Emissora no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da respectiva cessão;

(xx) constituição de ônus sobre os dividendos, juros sobre capital próprio e demais remunerações e resultados recebidos das controladas, diretas ou indiretas, da Emissora, e dos consórcios em que a Galvão Engenharia é parte e cujos direitos creditórios estejam vinculados à presente operação, exceto se tais ônus forem constituídos no âmbito de financiamentos com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e linhas de financiamento específicas e necessárias ao desenvolvimento dos ativos da Companhia, desde que contratadas com a Caixa Econômica Federal;

(xxi) sequestro, arresto, constituição de ônus ou penhora de ativos da Emissora e/ou da Garantidora em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

(xxii) cessão, promessa de cessão ou transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora e/ou Garantidora, de quaisquer das obrigações assumidas nesta Escritura, sem anuência prévia de titulares de Debêntures que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

(xxiii) alteração do objeto social da Emissora que resulte em: (i) alteração relevante no setor de atuação da Emissora; ou (ii) agregação às suas atividades de novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios relevantes e significativos em relação às atividades atualmente desenvolvidas pela Emissora sem anuência prévia de titulares de Debêntures que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

(xxiv) caso, até o integral pagamento dos valores devidos em virtude das Debêntures, o índice financeiro obtido pela divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA da Garantidora ("Índice Financeiro"), com base nas informações financeiras consolidadas anuais da Garantidora ao final de cada exercício social, seja maior que 3,0 (três inteiros), sendo a primeira verificação dos Índices Financeiros com base nas demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. Para os fins deste item, considera-se (a) "Dívida Líquida" o somatório da rubrica de empréstimos, financiamentos, e operações com debêntures do passivo circulante e não-circulante, acrescida da rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não-circulante, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa da Garantidora que venha a ser criada, excluída a rubrica de disponibilidades, aplicações financeiras e operações com derivativos do ativo circulante e não circulante; e (b) "EBITDA" o lucro operacional antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas mais recentes demonstrações financeiras da Garantidora, apurados segundo as normas contábeis aplicáveis;

(xxv) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações decorrentes de contratos financeiros celebrados pela Emissora e/ou por quaisquer das controladas, diretas ou indiretas, da Emissora;

(xxvi) declaração judicial de nulidade desta Escritura;

(xxvii) não manutenção, pela CAB Ambiental, de, no mínimo, o nível de governança verificado em maio de 2014 no "Bovespa Mais"; e

(xxviii) descumprimento, pela Garantidora, de qualquer de suas obrigações previstas nos contratos que serão objeto da Garantia Real, não sanado no respectivo prazo de cura, se houver.

7.1.1. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos itens (i), (iii), (iv), (vi), (vii), (viii), (ix), (x), (xi), (xiii), (xiv), (xvi), (xx), (xxii) ou (xxiii) da Cláusula 7.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar à Emissora e à Garantidora, assim que tomar ciência, comunicação escrita informando tal acontecimento.

7.1.2. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento que não sejam aqueles previstos na Cláusula 7.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo permitido por lei, para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura e o quorum específico estabelecido na Cláusula 7.1.3 abaixo. As Assembleias Gerais aqui previstas poderão também ser convocadas pela Emissora, na forma da Cláusula 10.1 abaixo.

7.1.3. Se, nas Assembleias Gerais de Debenturistas referidas na Cláusula 7.1.2 acima, os Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures.

7.1.4. Adicionalmente ao disposto nas Cláusulas 7.1.2 e 7.1.3 acima, na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas por falta de quorum, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.2 abaixo.

7.2. Observado o disposto nesta Cláusula VII, em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Integralização (ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso) até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita enviada pelo Agente Fiduciário referida na Cláusula 7.1.1 acima (salvo se o vencimento antecipado das Debêntures decorrer do Evento de Inadimplemento indicado no inciso (i) da Cláusula 7.1 acima, hipótese em que o pagamento deverá ser efetuado no prazo de 3 (três) Dias Úteis), sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos nesta Escritura.

7.3. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à CETIP informando sobre o vencimento antecipado das Debêntures.

CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) no prazo de até 90 (noventa) dias contados do encerramento de cada exercício social ou em até 7 (sete) dias da data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social então encerrado, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e as regras emitidas pela CVM, acompanhadas do relatório da administração e do parecer do auditor independente;

(b) no prazo de até 90 (noventa) dias contados do encerramento de cada exercício social ou em até 7 (sete) dias da data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Garantidora relativas ao exercício social então encerrado, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e as regras emitidas pela CVM, acompanhadas do relatório da administração e do parecer do auditor independente;

(c) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data a que se refere a alínea (a) acima: (i) o relatório consolidado da memória do cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do Índice Financeiro, o qual deverá ser auditado pelo auditor independente contratado Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento do Índice



Financeiro pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou ao auditor independente todos os esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (ii) declaração firmada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (x) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (y) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; e (z) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;

(d) em até 10 (dez) dias após as respectivas publicações ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados, cópias dos avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, atas de assembleias gerais de acionistas e reuniões do conselho de administração da Emissora que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas;

(e) em até 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da solicitação, qualquer informação relevante com relação às Debêntures que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução CVM nº 28, de 28 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");

(f) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contados da data de sua ocorrência, e desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura;

(g) todos os demais documentos e informações que a Emissora e/ou a Garantidora, nos termos e condições previstos nesta Escritura e nos demais documentos relacionados à Emissão, se comprometeram a enviar ao Agente Fiduciário ou que venham a ser por este solicitados para cumprir determinação estabelecida em regulamentação ou lei aplicável ou decorrente de decisão judicial; e

(h) comunicação, em até 1 (um) Dia Útil da ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas no âmbito da Oferta Restrita.

(ii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário, respeitado o disposto na regulamentação aplicável, inclusive no inciso XIII do artigo 12 da Instrução da CVM 28, tenham acesso, em base razoável, a todo e qualquer relatório dos auditores independentes entregue à Emissora com relação às suas demonstrações financeiras, aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora;

(iii) convocar, nos termos da Cláusula 10 desta Escritura, Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazê-lo, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;



(iv) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas pela CVM;

(v) manter pessoal qualificado para atender de forma eficiente aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas (se houver), ou contratar, às suas expensas, instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

(vi) não alterar seus principais ramos de negócio conforme previstos no seu estatuto social, não realizar operações fora de seu objeto social e não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e/ou com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas, sem anuência prévia de titulares de Debêntures que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;

(vii) obter, observar os termos e praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as autorizações, concessões, aprovações, licenças e consentimentos exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o exercício de suas atividades e necessárias para permitir o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações;

(viii) cumprir todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura, inclusive no que tange à destinação dos recursos obtidos por meio da Emissão;

(ix) cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, salvo nos casos em que, de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da referida lei, regra, regulamento ou ordem nas esferas administrativa ou judicial;

(x) manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo ou venham a ser questionados nas esferas judicial ou administrativa;

(xi) adotar todas as medidas necessárias para:

(a) preservar todos os seus direitos, títulos de propriedade, licenças e ativos necessários para a condução dos seus negócios dentro do respectivo objeto social e das práticas comerciais usuais;

(b) manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios, excetuando-se pelo desgaste normal; e

(c) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações, inclusive, mas sem limitação, as de natureza fiscal, trabalhista e comercial.

(xii) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços da Emissão, incluindo o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário, os auditores independentes e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário por meio do CETIP 21;



(xiii) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis e devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura. Tais despesas deverão, sempre que possível, ser previamente aprovadas pela Emissora, e o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e realizadas em discordância com (a) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (b) a função fiduciária que lhe é inerente;

(xiv) não ceder, transferir ou de qualquer forma alienar quaisquer de suas obrigações relacionadas às Debêntures ou decorrentes desta Escritura ou do Contrato de Cessão Fiduciária sem a prévia e expressa aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada especialmente para tal finalidade;

(xv) apresentar aos potenciais investidores da Oferta Restrita declarações e informações verdadeiras, completas e corretas e suficientes;

(xvi) promover o registro desta Escritura na JUCESP e nos Cartórios de RTD e o registro do Contrato de Cessão Fiduciária nos Cartórios de RTD, no prazo e forma previstos nesta Escritura e no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme aplicável);

(xvii) cumprir rigorosamente com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às resoluções do Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social;

(xviii) enviar os atos societários, os dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado no inciso (xii) da cláusula 9.5.1., no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto no inciso (xiii) da cláusula 9.5.1. abaixo;

(xix) enquanto as Debêntures estiverem em circulação, cumprir as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam:

(a) preparar as suas demonstrações financeiras consolidadas de encerramento de exercício em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;

(b) submeter as suas demonstrações financeiras consolidadas a auditoria, por auditor registrado na CVM;

(c) divulgar as suas demonstrações financeiras consolidadas, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na



rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;

(d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;

(e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;

(f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358 e comunicar sua ocorrência imediatamente ao Coordenador Líder, ao Agente Fiduciário e à CETIP; e

(g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

(xx) uma vez formalizada e constituída, manter sempre válidas e exigíveis as Garantias; e

(xxi) notificar o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer Eventos de Inadimplemento.

8.1.1. As obrigações previstas nos incisos "vi", "vii", "ix", "x", "xi", "xiv" e "xvii" da Cláusula 8.1 acima, serão aplicáveis e deverão ser cumpridas também pela Garantidora.

CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declaração

9.2.1. O Agente Fiduciário declara, neste ato, sob as penas da lei:

(i) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento;

(ii) não ter nenhum impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;

(iii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

(iv) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;

(v) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

(vi) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;

(vii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(viii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;

(ix) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;

(x) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;

(xi) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

(xii) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (a) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Garantidora ("1ª Emissão da Garantidora"), com vencimento em 24 de maio de 2018, em que foram emitidas 1.000 (mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data de emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Garantidora são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Emissora, conforme previsto na escritura de emissão; (b) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Garantidora ("2ª Emissão da Garantidora"), com vencimento em 10 de fevereiro de 2015, em que foram emitidas 10 (dez) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento. Na data de emissão, as debêntures da 2ª Emissão da Garantidora são garantidas por garantia fidejussória prestada pela Emissora, conforme previsto na escritura de emissão; e (c) 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Emissora ("3ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 09 de outubro de 2020, em que foram emitidas 300 (trezentas) debêntures, na data de emissão no valor de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão,



repactuação e inadimplemento. Na data da emissão, as debêntures da 3ª Emissão da Emissora são garantidas por garantia fidejussória da Garantidora, bem como por cessão fiduciária de direitos creditórios de propriedade da Emissora, conforme previsto na escritura de emissão; e

(xiii) que verificou a regularidade da constituição das Garantias prestada nos termos desta Escritura, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do artigo 12, inciso XVII, alínea "j" da Instrução CVM 28.

9.3. Remuneração do Agente Fiduciário

9.3.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável e desta Escritura, uma remuneração equivalente a parcelas anuais de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) Dia Útil após a assinatura desta Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes, até o vencimento das Debêntures ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas.

9.3.2. A remuneração prevista na Cláusula 9.3.1 acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.3.3. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate, a qualquer título, da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

9.3.4. As parcelas referentes à remuneração prevista na Cláusula 9.3.1 acima serão atualizadas anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (“IGP-M”), ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, desde a data do pagamento da primeira parcela referida na Cláusula 9.3.1 acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, devendo a atualização referida nesta Cláusula 9.3.4 ser calculada *pro rata die* se necessário.

9.3.5. A remuneração prevista na Cláusula 9.3.1 acima não inclui o reembolso de despesas eventualmente incorridas pelo Agente Fiduciário no exercício de suas funções, o qual obedecerá o disposto na Cláusula 9.7 abaixo.

9.3.6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão, sem prejuízo da atualização monetária, sujeitos a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata temporis*.

9.3.7. A remuneração citada na Cláusula 9.3.1 acima será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda) e a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

11.000.000.000

00.000.000.000

9.3.8. A remuneração prevista na Cláusula 9.3.1 acima cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em assembleias e/ou reuniões de Debenturistas.

9.4. Substituição

9.4.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.4.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

9.4.2.1. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário.

9.4.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

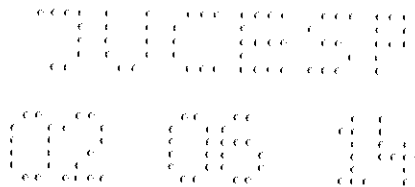
9.4.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

9.4.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

9.4.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser arquivado na JUCESP.

9.4.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a Data de Vencimento das Debêntures, conforme aplicável.

9.4.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.



9.5. Deveres

9.5.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) verificar a regularidade da constituição das Garantias constituídas nos termos desta Escritura, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do artigo 12, inciso XVII, alínea “j” da Instrução CVM 28;
- (vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários, sem prejuízo da ocorrência de descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e escritórios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (x) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser devidamente justificada à Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xi) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos termos da Cláusula 4.12 acima, respeitadas

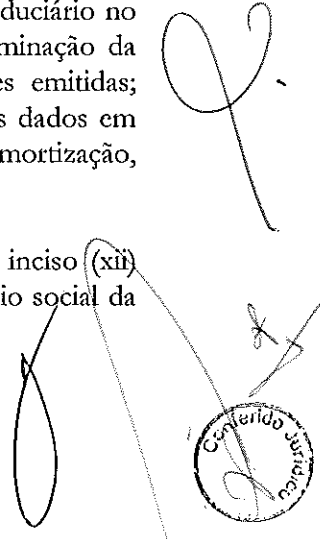
outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;

(xii) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(xiii) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea “b” do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
- (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
- (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate, amortização, aquisição facultativa e pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
- (g) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- (h) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (i) relação dos bens e valores entregues à sua administração; e
- (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

(xiv) colocar à disposição dos Debenturistas o relatório de que trata o inciso (xii) acima no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:



- (a) na sede da Emissora;
- (b) no seu escritório;
- (c) na CVM;
- (d) na CETIP; e
- (e) na sede do Coordenador Líder;

(xv) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso “xiii” acima;

(xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Escriturador Mandatário e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam o Escriturador Mandatário e a CETIP a divulgarem, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como relação dos Debenturistas;

(xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;

(xviii) sem prejuízo do disposto na Cláusula VII acima, notificar os Debenturistas por edital e, se possível, individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;

(xix) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

(xx) acompanhar, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura;

(xxi) divulgar o Valor Nominal Unitário das Debêntures, devidamente calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e em seu website (www.pentagonotrustee.com.br); e

(xxii) divulgar as informações referidas na alínea “j” do item “xii” desta Cláusula 9.5.1, em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento.

9.5.2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações com eles somente serão válidos quando assim previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

9.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre qualquer fato da emissão cuja definição seja de competência dos Debenturistas,

A large, stylized handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "Conferido Jurídico" around its perimeter. There are also some smaller handwritten marks and initials near the stamp.

comprometendo-se tão-somente a agir nos termos desta Escritura ou em cumprimento de deliberações tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das deliberações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, ficando o Agente Fiduciário, portanto, isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação, regulamentação aplicáveis e das obrigações assumidas na presente Escritura ou decorrentes de deliberações tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas.

9.6. Atribuições Específicas

9.6.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

(i) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura, nos termos da Cláusula 7.1 desta Escritura;

(ii) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;

(iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas, incluindo a execução das Garantias; e

(iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.6.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos “i” a “iii” da Cláusula 9.6.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da totalidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia quando tal hipótese se referir ao disposto no inciso “iv” da Cláusula 9.6.1 acima.

9.7. Despesas

9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura, devendo ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, e o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e realizadas em discordância com (a) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (b) a função fiduciária que lhe é inerente.

11.000.000

02 05 14

9.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 9.7 será efetuado em até 10 (dez) Dias Úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

9.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas, sendo que o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter despesas reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário.

9.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 9.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

(i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

(ii) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios, quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;

(iii) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, alimentação e transportes, quando necessárias ao desempenho das funções;

(iv) despesas com especialistas, tais como assessoria legal aos Debenturistas em caso de vencimento antecipado das Debêntures, bem como depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra estes, no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; e

(v) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.



9.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Convocação

10.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral ("Assembleia Geral de Debenturistas"), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

10.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos termos da Cláusula 4.12 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias, em primeira convocação. As Assembleias Gerais de Debenturistas em segunda convocação somente poderão ser realizadas em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a publicação de novo edital de convocação.

10.1.4. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações, convocações e/ou avisos.

10.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

10.2. Quórum de Instalação

10.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas (diretas ou indiretas) da Emissora, , controladoras (ou grupo de controle) da Emissora, sociedades sob



controle comum e administradores da Emissora, bem como os respectivos cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o 2º grau das pessoas acima mencionadas.

10.3. Mesa Diretora

10.3.1. A presidência e a secretaria da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pela comunhão dos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

10.4.2. Sem prejuízo de outros quóruns expressamente previstos nas demais cláusulas desta Escritura e observado o disposto nesta Cláusula 10.4.2, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão, bem como os pedidos de liberação de cumprimento de obrigações (*waivers*) deverão ser aprovados por Debenturistas que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, observado que alterações dos Juros Remuneratórios, da Data de Vencimento, das condições do Resgate Antecipado Facultativo, das Garantias e/ou nas Cláusulas que dispõem sobre hipóteses de vencimento antecipado e/ou dispositivos sobre quórum previstos nesta Escritura deverão contar com aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

10.4.3. Ressalvados os casos aqui previstos, as matérias sujeitas à Assembleia de Debenturistas serão aprovadas pelos titulares da maioria simples das Debêntures em Circulação que estiverem presentes na Assembleia Geral.

10.5. Outras disposições à Assembleia Geral de Debenturistas

10.5.1. Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

10.5.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10.5.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

11.1. A Emissora e a Garantidora, individualmente, declaram e garantem ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

A large, stylized handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text "Conferido" and "Luz" and is partially obscured by the signature and other markings.

(i) são sociedades anônimas, devidamente organizadas, constituídas e existentes segundo as leis da República Federativa do Brasil;

(ii) estão devidamente autorizadas a celebrar a presente Escritura e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos da Emissão, e a Emissora está devidamente autorizada a emitir as Debêntures, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(iii) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora e da Garantidora, exequíveis de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;

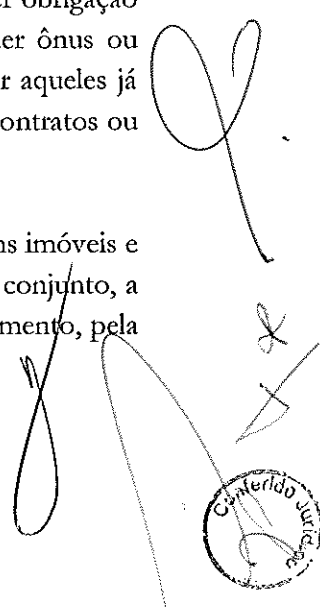
(iv) manterão em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora e à Garantidora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;

(v) a celebração da presente Escritura e a Emissão foram devidamente autorizadas pelos órgãos societários competentes e não infringem o Estatuto Social da Emissora ou da Garantidora;

(vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento, pela Emissora ou pela Garantidora, de suas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto pelo arquivamento desta Escritura (e seus eventuais aditamentos), da AGE da Emissora e da RCA Garantidora na JUCESP e o registro desta Escritura (e seus eventuais aditamentos) nos Cartórios de RTD, bem como a publicação da AGE da Emissora e da RCA da Garantidora nos termos da Lei das Sociedades por Ações e o registro das Debêntures junto ao MDA e ao CETIP 21;

(vii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora ou Garantidora sejam parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou a Garantidora, exceto por aqueles já existentes na presente data e pela Garantia Real; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(viii) a Emissora e a Garantidora possuem justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos de sua propriedade, exceto quando, individualmente ou em conjunto, a eventual inexistência de justo título não afete adversamente a capacidade de cumprimento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de suas obrigações previstas nesta Escritura;

A large, stylized handwritten signature is written over the bottom right portion of the page. Below the signature, there is a circular stamp with the text "Cartório de Registro de Imóveis" around the perimeter. Inside the stamp, there is a handwritten mark that appears to be a date or a number, possibly "15/11/2011".

DECLARAÇÃO

(ix) as últimas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora disponíveis apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas datas a que se referem, tendo sido devidamente elaboradas em conformidade a Lei das Sociedades por Ações e as regras emitidas pela CVM. Desde a data das demonstrações financeiras consolidadas mais recentes da Emissora, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora e/ou a Garantidora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora ou para a Garantidora, e não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora e/ou da Garantidora;

(x) não têm conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo a Emissora e/ou a Garantidora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras consolidadas disponibilizadas pela Emissora;

(xi) têm todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais que sejam relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;

(xii) (a) estão cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis à condução de seus negócios, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora e/ou pela Garantidora e para as quais a Emissora e/ou Garantidora possuam provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, (b) estão em dia com o pagamento de todas as obrigações relevantes de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações relevantes impostas por lei, (c) estão cumprindo com todas as disposições contratuais a que estão sujeitas, e (d) no melhor conhecimento da Emissora e da Garantidora, inexistente qualquer ação ou procedimento judicial ou extrajudicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental que possa vir a resultar em um efeito adverso relevante para suas atividades;

(xiii) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;

(xiv) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são verdadeiros, consistentes, corretos, suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos;

(xv) têm conhecimento de que a Emissora não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie que as Debêntures dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data da comunicação à CVM do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;

(xvi) não têm nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;

(xvii) cumprem e cumprirão todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, sem limitação, a obrigação da Emissora de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.4 desta Escritura;

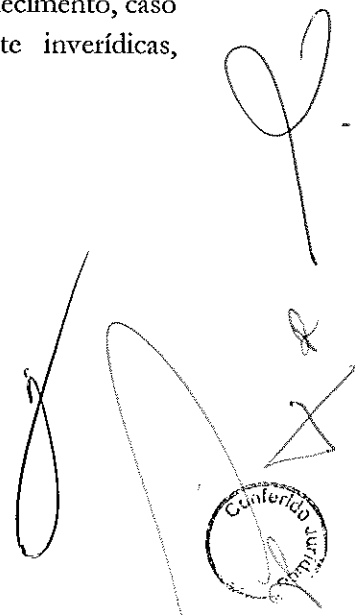
(xviii) nenhuma das declarações constantes desta Cláusula 11.1 é falsa, incorreta ou enganosa, na data em que foi prestada;

(xix) têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios foi acordada por livre vontade da Emissora e da Garantidora, em observância ao princípio da boa-fé;

(xx) a prestação da Fiança, a constituição da Garantia Real e as obrigações assumidas nesta Escritura e nos demais documentos da Oferta Restrita pela Garantidora constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Garantidora, exequíveis de acordo com seus termos e condições, exceto, conforme o caso, que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral; e

(xxi) a celebração da presente Escritura e a constituição das Garantias foram devidamente autorizadas pelos órgãos societários competentes da Garantidora e não infringem o estatuto social da Garantidora ou qualquer lei ou restrição contratual que vincule ou afete a Garantidora.

11.2. A Emissora e a Garantidora, conforme o caso, comprometem-se a notificar os Debenturistas e o Agente Fiduciário, em até 3 (três) Dias Úteis contados do conhecimento, caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

The block contains several handwritten signatures in black ink. At the bottom right, there is a circular stamp with the text "Conferido e assinado" (Reviewed and signed) around the perimeter. The signatures are written over and around this stamp.

CLÁUSULA XXII
DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, conj. 192, sala 23
São Paulo - SP
CEP: 04547-005
Tel.: (011) 2199-0222
Fax: (011) 3040-0217
At. Eduardo Torzecki
E-mail: etorzecki@galvao.com

Para a Garantidora:

GALVÃO ENGENHARIA S.A.

Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 2º andar
São Paulo - SP
CEP: 04547-005
Tel.: (011) 2199-0222
Fax: (011) 3040-0217
At. Eduardo Torzecki
E-mail: etorzecki@galvao.com

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, 4.200, bl. 04, sala 514
Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22.640-102
Tel.: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
At. Sra. Nathalia Machado Loureiro, Sra. Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira
E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A.

4010-0/Departamento de Ações e Custódia - Gestão Comercial e Produtos
Cidade de Deus, s/n, Vila Yara
06029-900 – Osasco, SP
At.: Pérsia Alves Gonçalves de Barros / Marcelo Poli
Tel.: (11) 3864-7911 / (11) 3684-2852
Fax.: (11) 2178-4502
Correio Eletrônico: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.custodiartf@bradesco.com.br /
4010.tomo@bradesco.com.br



Para a CETIP:

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano
01452-001 - São Paulo, SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Tel./Fax: (11) 3111-1596/ (11) 3111-1564
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

12.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

12.2. Renúncia

12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Veracidade da Documentação

12.3.1. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

12.3.2. Para prestar os serviços especificados e tomar as decisões necessárias com relação ao disposto nesta Escritura, o Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das deliberações societárias, dos atos da administração ou de qualquer documento ou registro da Emissora que considere autêntico que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora ou por seus colaboradores.

12.4. Independência das Disposições da Escritura

12.4.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.05.2014

02.05.14

12.5. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

12.5.1. Esta Escritura, as Debêntures e a Fiança constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

12.6. Cômputo dos Prazos

12.6.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

12.7. Irrevogabilidade; Sucessores

12.7.1. A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12.8. Despesas

12.8.1. A Emissora arcará com todos os custos: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora e da Garantidora; e (c) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, e dos sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário.

12.9. Correção de Valores

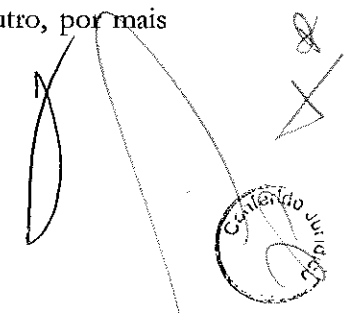
12.9.1. Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, todos os valores de referência em reais (R\$) dela constantes deverão ser corrigidos pela variação do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura, observado que tal disposição não se aplica a valores relacionados às Debêntures propriamente ditas, tais como o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou os Juros Remuneratórios.

12.10. Lei Aplicável

12.10.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.11. Foro

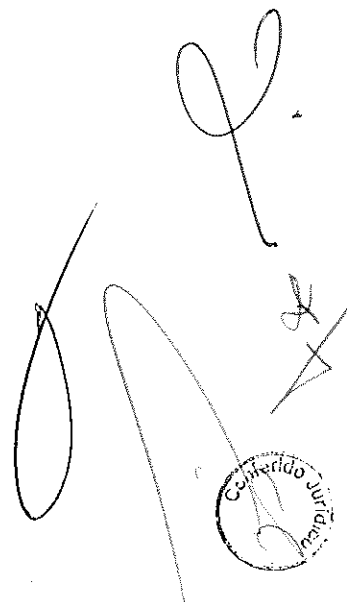
12.11.1. Fica eleito o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Cartero Jur. 14

Estando assim, as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 8 (oito) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 23 de maio de 2014.

The block contains three handwritten signatures in black ink. Below the signatures is a circular stamp with the text "Conferido Jur." and "Inscrição" around the perimeter. The stamp is partially obscured by the signatures.

(Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Galvão Participações S.A.)

GALVÃO PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome:

Cargo:

Eduardo de Queiroz Galvão
RG: 833124 SSP/CE
CPF: 309.969.453-34

Nome:


Cargo:

Dario de Queiroz Galvão Filho
RG: 53.596.756-1 SSP/SP
CPF: 190.175.453-72

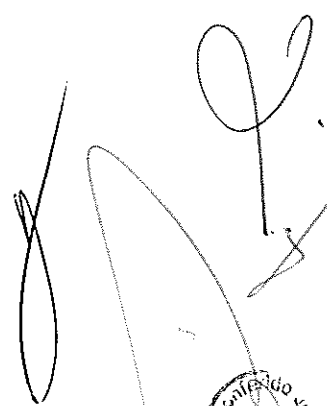



(Página de assinaturas 2/3 de Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Galvão Participações S.A.)

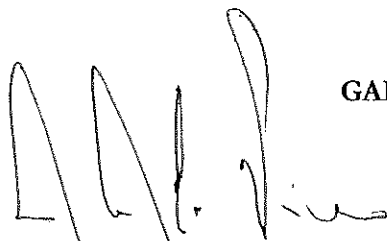
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



Nome: Rosane da Silva Basilio
Cargo: Procuradora
RG: 41.295.392-4
CPF: 421.493.088-60

(Página de assinaturas 3/3, do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Galvão Participações S.A.)

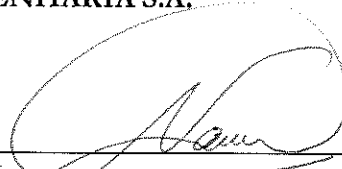


Nome:

Cargo:

Galvão Engenharia S.A.
Marcus Vinícius I. Picano
Diretor
CPF: 504.809.877-34
RG: 3144118 - IFRJ

GALVÃO ENGENHARIA S.A.

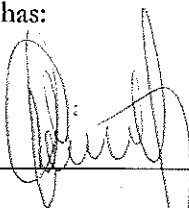


Nome:

Cargo:

Carlos Fernando Namur
RG: 8.372.312 SSP/SP
CPF: 055.394.538-67

Testemunhas:



Nome:

CPF:

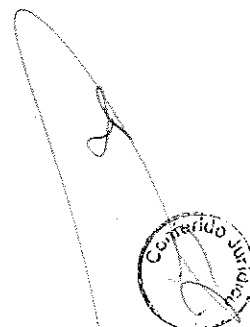
Nilton Plimentel
CPF: 051.916.296-42
RG: 11.367.919



Nome:

CPF:

ROBERTO CAMILO DA SILVA
RG: 21.755.402-7 SSP - SP
CPF: 099.715.528-09



Comitê de Juris